

ATLETAS TRANSGÊNERO E ESPORTES DE ELITE: UMA REVISÃO CIENTÍFICA¹

SUMÁRIO EXECUTIVO

Tradução de
Leandro Reinaldo da Cunha²

Atletas Transgênero e Esportes de Elite: Uma Revisão Científica é uma análise aprofundada da literatura científica sobre a participação de atletas trans em esportes competitivos. Os critérios de inclusão para este relatório foram artigos de pesquisa publicados em inglês entre 2011 e 2021. Apenas artigos revisados por pares ou sínteses da literatura acadêmica (por exemplo, meta-análises) extraída de periódicos conceituados foram incluídos. Gray literature³ ou literatura não acadêmica, foram incluídas caso fornecessem um resumo de dados empíricos ou se descrevessem regras atualmente em vigor em todo o mundo para incluir/excluir atletas trans. O relatório final é dividido em duas seções que refletem as principais perspectivas pelas quais a questão da inclusão trans foi abordada – uma que abrange estudos biomédicos e outra que envolve estudos socioculturais. Embora existam questões referente à inclusão para atletas não-binárias e intersexo, este relatório se ateu às atletas mulheres trans no contexto do esporte de elite.

A perspectiva biomédica considera a fisiologia dos corpos das mulheres trans como a fonte da percepção de desigualdade, sendo as intervenções medicalizadas (como suplementação de estrogênio e supressão de testosterona) a solução proposta. Mais especificamente, essa perspectiva sustenta que o dimorfismo sexual entre os designados como homens e mulheres no nascimento é a razão das diferenças atléticas. Medidas e limites de testosterona são

¹ O texto original, *Transgender Women Athletes and Elite Sport: A Scientific Review*, encontra-se disponível em <https://www.cces.ca/transgender-women-athletes-and-elite-sport-scientific-review>. A tradução foi autorizada pelo Canadian Centre for Ethics in Sports, entidade que realizou a pesquisa.

² Professor Titular-Livre de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia (graduação, mestrado e doutorado). Pós-doutorado e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e Mestre em Direito pela Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES. Líder dos grupos de pesquisa “Direito e Sexualidade” e “Conversas Civilísticas”. leandro.reinaldo@ufba.br

³ Nota do tradutor: A expressão “gray literature” em língua inglesa refere-se a materiais que não são disponibilizados por revistas acadêmicas ou editoras comerciais e que, normalmente, não passaram por revisão por pares. São exemplos: relatórios técnicos, documentos governamentais, teses e dissertações, entre outros.

normalmente utilizados como características definidoras de masculinidade e feminilidade no contexto do esporte e são usados como o marcador predominante para prever e nivelar a vantagem atlética relacionada ao sexo e os critérios de inclusão.

Os resultados da pesquisa na área biomédica são inconclusivos. Estudos que concluem sobre a vantagem pré e pós-terapia de reposição hormonal (TRH) usaram como parâmetro homens cis ou mulheres trans sedentárias para estabelecer a equivalência com atletas mulheres trans de elite. No entanto esse grupo de referência não é adequado para o contexto e as conclusões obtidas não podem ser aplicadas a atletas trans de elite. Ademais há pouco entendimento científico sobre as características ou propriedades da terapia de reposição hormonal (TRH), principalmente a supressão de testosterona e a suplementação de estrogênio, na fisiologia e capacidade atlética de mulheres trans atletas. Se ignora o potencial da suplementação de estrogênio em reduzir a Massa Corporal Magra (MCM) e da supressão de testosterona em produzir desvantagens para a saúde holística.

A segunda perspectiva é sociocultural. Pesquisadores no campo de estudo sociocultural argumentam que os fatores sociais contribuem para as vantagens de desempenho em uma extensão muito maior do que a testosterona e que avaliar os níveis de testosterona é outra maneira de perpetuar a longa história de policiamento dos corpos das mulheres no esporte. Destacam os muitos fatores sociais que contribuem para as diferenças no desempenho atlético, incluindo, por exemplo: discriminações, diferença nas alocações de recursos, desigualdades e violência contra as mulheres nas formas de sexismo e violência sexual em contextos esportivos, distinções arbitrárias nas regras e equipamentos entre esportes masculinos e femininos, bem como histórias de proibição de mulheres em determinados esportes. Este conjunto de trabalhos também destaca as bases da discriminação histórica enfrentada pelas pessoas negras, do sul global, e a misoginia que mantêm as desigualdades no esporte. Argumenta-se que o uso de testosterona para excluir atletas mulheres trans representa apenas mais uma fase na longa história de controle dos corpos das mulheres no esporte. Desde que as mulheres foram permitidas no esporte competitivo no início do século XX, aquelas cuja habilidade atlética era similar à de seus colegas homens, ou cujo físico era muito masculino, foram desqualificadas de competições por se mostrarem dissonantes com a ordem de gênero estabelecida. Ao longo da história do esporte feminino, as atletas foram expostas a processos invasivos de verificação de gênero, incluindo inspeção médica da genitália externa e testes de cromossomos que

produziram muitos falsos positivos e tiveram impactos catastróficos nas carreiras das atletas. O contexto atual é aquele que se concentra nos níveis de testosterona das atletas cujo gênero é considerado "suspeito".

No âmbito do desenvolvimento de políticas esportivas, os dados biomédicos e fisiológicos têm sido privilegiados face a outros aspectos, como fatores sociais. Muitas políticas citam estudos biomédicos para explicar suas condições de inclusão ou de exclusão.

MÉTODOS

As conclusões deste relatório resultam de uma análise minuciosa da literatura realizada em maio/junho de 2021.

Foram incluídas a literatura acadêmica (ou seja, artigos de pesquisa primária revisados por pares ou sínteses secundárias) e a gray literature (não revisada por pares, relatórios, documentos provenientes de procedimentos policiais – boletins de ocorrência, mandado de prisão, termo circunstanciado, por exemplo –, que não seguem um processo científico).

Critério de inclusão:

- Publicados entre 2011 e 2021;
- Idioma inglês;
- Pesquisas primária ou a síntese de informações de várias fontes (como meta-análises e revisões);
- Incluiu gray literature em caso de avaliação ou relatório final sobre dados empíricos;
- A gray literature foi considerada quando indicava regras atualmente em vigor em todo o mundo para a inclusão/exclusão de mulheres trans no esporte de alto desempenho.

Excluídos: artigos de discussão, opiniões pessoais ou comentários que não apresentassem pesquisa empírica ou teórica.

PRINCIPAIS RESULTADOS BIOMÉDICOS

1. Os dados biológicos são bastante limitados e frequentemente apresentam falhas metodológicas.

- A maioria dos estudos não ajusta adequadamente fatores como altura ou Massa Corporal Magra (MCM).
- Quase nenhum estudo examina os efeitos da supressão de testosterona em mulheres trans atletas treinadas.
- A maioria dos estudos sobre os efeitos da testosterona no desempenho esportivo envolve a análise de indivíduos que utilizam substâncias para melhorar o desempenho.

2. São insuficientes os dados sobre o impacto da supressão de testosterona (por meio, por exemplo, de terapia hormonal de afirmação de gênero ou remoção cirúrgica das gônadas) no desempenho de atletas transgênero mulheres.

- A maioria dos estudos tinha amostra reduzida, técnicas de medição imperfeitas e comparações com grupo de referência inadequado, considerando como referência uma população sedentária, não-atlética e não-treinada.
- Os estudos mais relevantes utilizaram fontes de dados enganosas e ignoraram deliberadamente evidências contraditórias.

3. Os dados disponíveis indicam que mulheres trans que passaram por supressão de testosterona não possuem vantagens biológicas evidentes em relação às mulheres cis no esporte de elite.

- Os níveis mais elevados de glóbulos vermelhos apresentados por homens cis deixam de existir nos primeiros quatro meses de supressão de testosterona;
- Não há evidência que sustente a existência de uma vantagem atlética em razão do tamanho dos ossos ou sua densidade distinta daquelas decorrentes da altura. Atletas de elite tendem a ter altura acima da média qualquer que seja seu gênero, e a altura acima da média não é, atualmente, classificada como uma vantagem atlética que necessita de normas visando o equilíbrio competitivo;

- Em média, mulheres trans que realizaram pré-supressão de testosterona seguem possuindo Massa Corporal Magra (MCM), área de secção transversa (AST) e força inferiores às de homens cis. Isso indica que não se pode atribuir a melhor performance apresentada pelas mulheres trans a uma visão genérica associada aos homens cis atletas;
- Mulheres trans que não são atletas experimentam uma redução significativa na Massa Corporal Magra (MCM), Área de Secção Transversa (AST) e perda de força em até 12 meses de supressão hormonal. É importante ressaltar que esse limite de 12 meses é arbitrariamente definido, e não há estudos significativos que examinem a taxa de redução da Massa Corporal Magra (MCM), Área de Secção Transversa (AST) ou força ao longo do tempo;
- Quando se ajusta a altura e a massa de gordura, mulheres trans ainda mantêm, após 12 meses de supressão de testosterona, níveis estatisticamente mais altos do que mulheres cis sedentárias quanto a Massa Corporal Magra (MCM), Área de Secção Transversa (AST) e força. Essa diferença, no entanto, está dentro dos parâmetros normais de Massa Corporal Magra (MCM), AST e força para mulheres cis (Jassen et al., 2000);
- A perda de Massa Corporal Magra (MCM), Área de Secção Transversa (AST) e força continua para mulheres trans após os 12 meses iniciais de supressão de testosterona;
- Os poucos levantamentos disponíveis examinando como a supressão de testosterona afeta diretamente o desempenho atlético de mulheres trans não mostraram nenhuma vantagem atlética após um ano de supressão de testosterona (Harper, 2015; Roberts et al., 2020; Harper, 2020);
- Após a remoção das gônadas muitas mulheres trans apresentam níveis de testosterona muito abaixo dos apresentados por mulheres cis pré-menopausa.

PRINCIPAIS RESULTADOS SOCIOCULTURAIS

1. Os estudos biomédicos são supervalorizados nas políticas esportivas em comparação com os estudos das ciências sociais.

- A literatura sobre políticas esportivas para pessoas trans, sua implementação, os responsáveis por escrevê-las e aplicá-las, as consequências para os atletas e

os debates que elas englobam são decorrências da hierarquia social do conhecimento, na qual algumas ciências são desacreditadas em benefício de outras.

- A exclusão de certos tipos de conhecimento da definição restrita de 'científico' permite que as entidades esportivas obscureçam as relações de poder envolvidas na criação, manutenção e legitimação das normas excludentes de pessoas trans.
- Existem vínculos preocupantes entre alguns pesquisadores, organizações esportivas e não esportivas com uma agenda anti-trans.
- Algumas organizações esportivas usam a ciência estrategicamente, baseando-se exclusivamente e de forma acrítica em dados que aparentam dar suporte a suas alegações.
- Apenas certos fatores biomédicos são considerados sob o prisma de 'justiça' no esporte de elite, apesar de evidências sólidas de que recursos materiais financeiros (como acesso a infraestrutura e equipamentos, nutrição, tempo de treinamento, salários mais altos) estão associados a vantagens esportivas.

2. As políticas que afetam a participação de mulheres trans no esporte de elite são a continuação de uma longa história de exclusão das mulheres do esporte competitivo – uma exclusão que, inicialmente, resultou na criação de uma categoria de esporte "feminino".

- Desde o início do século XX, as políticas de esporte de elite trabalharam para patologizar e controlar os corpos das mulheres, bem como para impor a dicotomia sexual. No entanto, existem coincidências substanciais em todas as características sexuais. "Masculino" e "feminino" não são categorias excludentes entre si e não devem ser tratadas como se fossem.
- Muitos fatores sociais continuam a desvalorizar o esporte feminino em relação ao masculino: menos recursos, falta de acesso a espaços esportivos ou equipamentos, menos treinadores e equipes, discriminação sexista, abandono do esporte devido à violência sexual, lesbofobia, classismo, racismo e/ou transfobia.
- Existem exemplos de eventos esportivos competitivos que mudaram as estruturas esportivas ou impuseram restrições a determinados atletas à medida que as mulheres começaram a se destacar.
- A literatura em grande parte ignora áreas onde as mulheres cis têm vantagem atlética sobre os homens cis (como natação de longa distância, por exemplo), bem como as

formas pelas quais a participação de mulheres trans no esporte de elite traz benefícios para todas as mulheres no esporte.

3. Muitas políticas de "inclusão" de pessoas trans no esporte utilizam limites arbitrários que não são baseados em evidências.

- As federações esportivas de elite frequentemente aplicam nenhum, um, dois, três ou mais dos seguintes critérios, baseados principalmente em suas próprias perspectivas/ideologias: declaração de gênero (marcador de gênero, carta ou apenas manifestação no ato de inscrição), identificação de gênero estável por dois ou quatro anos, nível hormonal (não especificado, 5 nmol/L ou 10 nmol/L), solicitação de Autorização de Uso Terapêutico (AUT), critérios físicos e morfológicos, prontuário médico ou consulta médica;
- Muitas federações esportivas propagam mitos sobre mulheres trans que são transfóbicos, prejudiciais e violentos. Por exemplo, afirmam que as mulheres trans dominarão o esporte feminino, quando, na verdade, as mulheres trans estão sub-representadas no esporte, especialmente no esporte de elite; ou que as mulheres trans são homens cis em roupas femininas, um perigoso equívoco quanto a identidades e experiências das mulheres trans. Isso está diretamente relacionado com a diminuição da segurança enfrentada pelas mulheres trans, especialmente em espaços altamente marcados pelo gênero, como o esporte.

4. O cissexismo, a transfobia, a transmisoginia e os sistemas de opressão sobrepostos precisam ser reconhecidos e abordados para que as mulheres trans possam participar do esporte de elite.

- Apesar da falta de dados precisos sobre a incidência de mulheres trans na população, podemos concluir com segurança que as mulheres trans são sistematicamente sub-representadas nas competições de elite, tanto em termos de participação quanto de resultados;
- De forma geral as mulheres trans enfrentam condições de vida resultantes de mobilidade social reduzida e discriminação, abrangendo acesso restrito e/ou experiências de discriminação em espaços vitais (como moradia, cuidados de saúde, trabalho, espaço público, incluindo instalações esportivas);
- Em estudos qualitativos, as mulheres trans relataram enfrentar barreiras significativas para retornar ao esporte após a transição;

- As mulheres trans não compõem um grupo homogêneo. O racismo, classismo, capacitismo e sistemas de opressão sobrepostos devem ser abordados para que as mulheres trans possam participar do esporte de elite. A diversidade das mulheres trans também é refletida em suas jornadas de transição – renda, acessos e desejos distintos determinam quais processos médicos de afirmação de gênero uma mulher trans pode realizar e em qual estágio de sua vida.

CONCLUSÃO

Não há uma base sólida de evidências disponíveis que indique que as mulheres trans tenham uma vantagem geral de desempenho, consistente e mensurável, após 12 meses de supressão de testosterona. Ainda que possa persistir uma vantagem em termos de Massa Corporal Magra (MCM), Área de Secção Transversa (AST) e força, estatisticamente, após 12 meses, não há evidências de que isso se traduza em qualquer benefício em seu desempenho quando comparado com mulheres cis atletas de elite com tamanho e altura semelhantes. De outra sorte não se vislumbra a presença de vantagens com relação a outras mudanças, como na hemoglobina, a qual se estabiliza dentro dos parâmetros encontrados em mulheres cis no prazo de até quatro meses após o início da supressão de testosterona. Atualmente não se tem claro em que momento exatamente, dentro desses 12 meses, as eventuais vantagens desaparecem. A duração de qualquer dessas vantagens provavelmente depende muito da Massa Corporal Magra (MCM) da pessoa antes da supressão, que, por sua vez, varia bastante e é muito impactada por fatores sociais e circunstâncias individuais.

Qualquer política desenvolvida deve considerar cuidadosamente a atual falta de participação de atletas trans (em muitas entidades esportivas não se tem a presença ou há a proibição expressa que ela exista) e equilibrar a importância da equidade e da inclusão. As políticas devem ser elaboradas de maneira a esclarecer e destacar o dever dos responsáveis de reconhecer e prevenir a imposição de barreiras, tendo o cuidado de evitar que a constituição de qualquer política desencoraje ainda mais a participação por meio da criação de obstáculos desnecessários ou que violem desnecessariamente a privacidade do indivíduo (incluindo seu direito de não se identificar abertamente como transgênero). Além disso, não deve haver a

exclusão de tais pessoas da participação de treinamentos com suas equipes, partidas de exibição ou atividades sociais nos períodos de não competição.

É preciso que mais pesquisas sejam realizadas para garantir uma base de evidências sólidas, o que atualmente não existe. Especificamente, são necessárias pesquisas adicionais que tenham como grupo de comparação mulheres trans e mulheres cis treinadas, pois os estudos atuais tendem a se concentrar em grupos de mulheres sedentárias. Esses estudos devem incluir grandes grupos, fazer comparações com grupos populacionais equivalentes (ou seja, ajustar altura e peso) e evitar o uso de parâmetros comprovadamente inadequados que não consideram indivíduos com características semelhantes (por exemplo, força de prensão manual).

Os contextos político, histórico e sociocultural também devem ser concretamente considerados na implementação e formulação de políticas de "inclusão trans", determinando o conceito de "justiça" no esporte e as hierarquias existentes quanto aos processos científicos e de conhecimento.

Recebido em (Received in): 28/06/2023.
Aceito em (Approved in): 28/06/2023.



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).